



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

## GT-5 – Política e Economia da informação

### O BRASIL E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: a questão das políticas

#### *BRAZIL AND INFORMATION SOCIETY: the matter of policies*

Herbert de Oliveira Rego – Universidade Federal da Paraíba

Isa Maria Freire – Universidade Federal da Paraíba

#### **Modalidade: Trabalho completo**

**Resumo:** A comunicação compartilha algumas reflexões do projeto de tese “O Brasil no contexto da sociedade da informação, à luz do regime global emergente de informação”, resultado de questionamentos e observações ao longo de pesquisas e publicações dos autores e de suas participações no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI. O objetivo é fomentar a discussão sobre a importância da concepção de regime global emergente de informação para a crítica do contexto nacional de políticas públicas de informação. Discorre sobre as políticas de informação que foram relevantes para que diversos países, ou regiões, pudessem alavancar o nível de bem-estar de suas populações através de sua inserção na sociedade da informação. Observa que, no Brasil, houve uma descontinuidade na rota traçada em direção à Sociedade da Informação. O espectro teórico está inserido nas políticas de informação, mais precisamente na análise da problemática a partir do conceito de regime de informação — de um específico regime de informação, o regime global emergente de informação, com sua concepção macro-política. Discute a atual situação do Brasil frente à sociedade da informação, esperando um melhor entendimento crítico e científico sobre as decisões tomadas em um passado próximo.

**Palavras-chave:** Regime global emergente de informação. Políticas de informação. Sociedade da Informação. Brasil.

**Abstract:** This presentation shares a few thoughts of the thesis project “Brazil in the context of information society in the light of the emergent global information regime” and is the result of the authors’ questions and observations throughout their publications and participation at the Intellectual Technologies Lab – LTI. The purpose is to promote the discussion on the importance of the conception of emergent global information regime for the critique on national context of public information policies. It talks about information policies that were relevant for several countries or regions to boost the wellness level of populations by including them in the information society. It observes that Brazil had an interruption in the route et toward information society. The theoretical framework is included in information policies, more precisely in the analysis of the concept of information regime - of a specific information regime, the emergent global information regime with its macro conception. It discusses Brazil's current situation before information society expecting a better critical and scientific understanding on decisions made in a recent past.

**Keywords:** Emergent global information regime. Information policies. Information society. Brazil.

## **1 INTRODUÇÃO**

Esta comunicação tem origem no projeto de tese “O Brasil no contexto da sociedade da informação, à luz do regime global emergente de informação”, resultado de questionamentos e observações ao longo de pesquisas e publicações dos autores no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LT<sup>i</sup><sup>1</sup>. Nesse período, observamos que o tema traz consigo um espaço a ser ocupado na literatura brasileira da área, já que uma busca na Base de Dados da Ciência da Informação (Brapci)<sup>2</sup> identificou-se poucas publicações que explorassem o tema em consonância com a análise específica que se pretende, a partir do projeto que originou esta comunicação.

Nossa motivação está na observação de que políticas de informação foram importantes para que diversos países ou regiões (por exemplo: EUA e Europa) atingissem um maior nível de bem-estar e desenvolvimento social para suas populações, através de sua inserção na sociedade da informação a partir de suas políticas informacionais de Estado. O Brasil, mesmo que tardiamente, começou a seguir esses exemplos, ao adotar políticas de informação semelhantes às desses países, a partir de meados do século XX.

Trata-se de um período, principalmente a partir dos anos 1980, relevante para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, quando as políticas de informação deveriam ser as norteadoras de uma mudança de patamar no desenvolvimento nacional diante do comércio internacional e das relações sociais. Nesse sentido, é possível fazer uma análise crítica através de um instrumental teórico pouco explorado pela literatura brasileira, trata-se do regime global emergente de informação. Foi realizada uma procura na Brapci, não tendo sido encontrada nenhuma publicação que explorasse o tema e a análise que se pretende.

## **2 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Encontramos na história recente brasileira, a partir dos anos 1980, ações que tiveram o objetivo de conduzir o país do regime industrial, caracterizado pela produção de bens, para o regime informacional, caracterizado pela oferta de serviços. Porém essa trajetória, devido a nossa posição econômica relativa, é complexa e longa, sendo necessário fazermos o mesmo

---

<sup>1</sup> As atividades do LT<sup>i</sup> estão ligadas ao Departamento de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>2</sup> Foi encontrado, durante a produção desta comunicação, apenas um artigo contendo “regime global emergente de informação” no título, palavras-chave ou resumo, e 132 artigos com “regime de informação” no título, palavras-chave ou resumo, porém poucos trabalhos em consonância com a abordagem desta comunicação.

percurso que os países mais desenvolvidos já fizeram, se quisermos ingressar neste regime predominante no sistema econômico global. Para entender a posição brasileira diante do regime de informação estabelecido internacionalmente, iniciamos observando a Lei de Informática.

No Brasil, nos anos 1980, de acordo com Garcia e Roselino (2004), a indústria do complexo eletrônico teve uma blindagem frente à concorrência internacional devido a vigência da “reserva de mercado”, baseada na Lei de Informática (Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984), que garantia legalmente nosso mercado contra a concorrência internacional para as empresas de capital nacional, para a quase totalidade dos produtos e serviços relacionados às atividades de informática.

Esta reserva teve seu fim estabelecido em 1992, com o fim do vigor da Lei e a flexibilização da postura do governo para remover os mecanismos regulatórios restritivos. Um marco nesta mudança na política industrial foi a publicação da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando foram estabelecidas novas regras para a indústria de informática. Segundo Salles Filho *et al.* (2012, p. 193), a mudança teria o objetivo de “incentivar a realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no país”.

Após essas experiências, o Brasil planejou mudar de estratégia, deixando de elaborar estruturas legais características de um país fechado e protecionista para políticas que abririam o país para a sua inserção na sociedade da informação<sup>3</sup>, e para isso elaborou estratégias para orientar a efetivação deste objetivo. O governo federal, então, criou o Programa Sociedade da Informação, iniciando os ciclos de discussão realizados na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação — CT&I. A percepção da inovação como um vetor para o desenvolvimento do país foi assumida como prioridade, visto que “a sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia” (TAKAHASHI, 2000, p. 5). Já havia um movimento internacional nesse sentido, principalmente nos EUA e, Europa, notadamente Finlândia e Portugal.

O Livro verde (TAKAHASHI, 2000), foi lançado em 2000 e apresenta todas as metas e ações do Programa Sociedade da Informação. O objetivo era o de diminuir a distância do Brasil

---

<sup>3</sup>Programa Sociedade da Informação é a nomenclatura utilizada para os programas nacionais voltados às Tecnologias da Informação e Comunicação. Pode ser encontrado, em outros países, programas semelhantes com o mesmo nome, como, por exemplo, Programa Sociedade do Conhecimento.

com relação aos países desenvolvidos nesta nova etapa do desenvolvimento da sociedade. Já o Livro Branco, lançado em 2002, teve como objetivo sinalizar em que direção a CT&I, com foco na inovação, pudesse construir um país mais moderno e integrado aos países desenvolvidos. Em 2010 foi publicado o Livro Azul, resultado da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação CT&I para o Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo, segundo o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE, 2010, p. 22) foi discutir “um desenvolvimento científico e tecnológico inovador, calcado em uma política de redução de desigualdades regionais e sociais, de exploração sustentável das riquezas do território nacional [...]”. Demonstrando, assim, para os autores, uma descontinuidade na rota traçada pelos Livros Verde e Branco na direção da Sociedade da Informação.

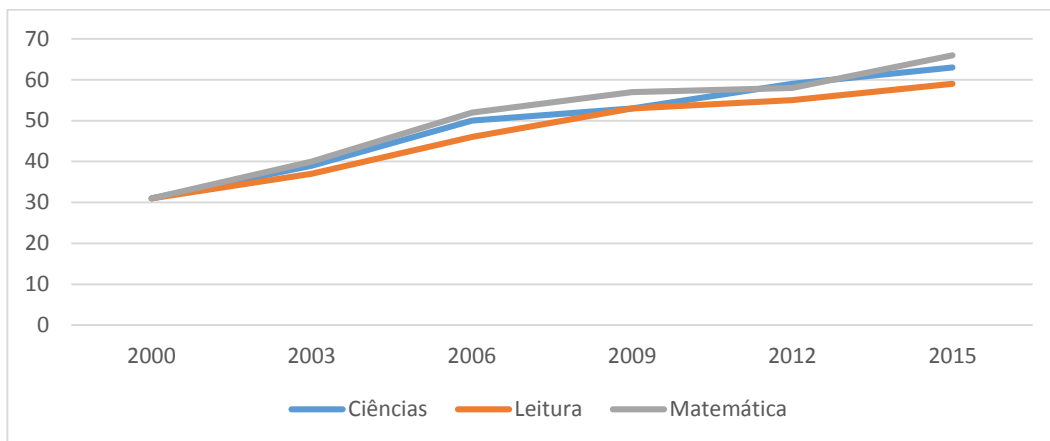
A Ciência da Informação, como as demais ciências sociais aplicadas, vai se posicionar proativamente às novas realidades históricas e tecnológicas, e no caso brasileiro a realidade torna esse desafio ainda maior visto os indicadores socioeconômicos da sua população. De acordo com a *Global Finance Magazine* (2019), o Brasil ocupa a 84ª posição no ranking mundial com relação ao seu produto interno bruto per capita<sup>4</sup>, e a evolução dos resultados da avaliação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)<sup>5</sup>, segundo OECD (2000, 2003, 2006, 2009, 2012 e 2015), mostra o desafio para o desenvolvimento do país que é a educação, conforme o gráfico 1, A fragilidade da educação é preocupante visto que o país ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática.

---

<sup>4</sup> O levantamento considera o PIB per capita, que divide a soma das riquezas produzidas no país pela população. O número obtido é corrigido pela paridade de poder de compra (PPP), o que significa que leva em conta os custos reais dos serviços e a inflação nos países, em vez de apenas converter a moeda local para dólar. Com isso, busca eliminar diferenças provocadas pela fraqueza ou força da moeda é como se todos os países tivessem a mesma moeda. Ao considerar o PIB per capita elimina-se também a influência da desigualdade da distribuição de renda.

<sup>5</sup> A prova, que é coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi aplicada no ano de 2015 em 70 países e economias, entre 35 membros da OCDE e 35 parceiros, incluindo o Brasil. Ela acontece a cada três anos e oferece um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes, reúne informações sobre variáveis demográficas e sociais de cada país, e oferece indicadores de monitoramento dos sistemas de ensino ao longo dos anos

**Gráfico 1:** Evolução do desempenho do Brasil nas competências do PISA: período 2000-2015

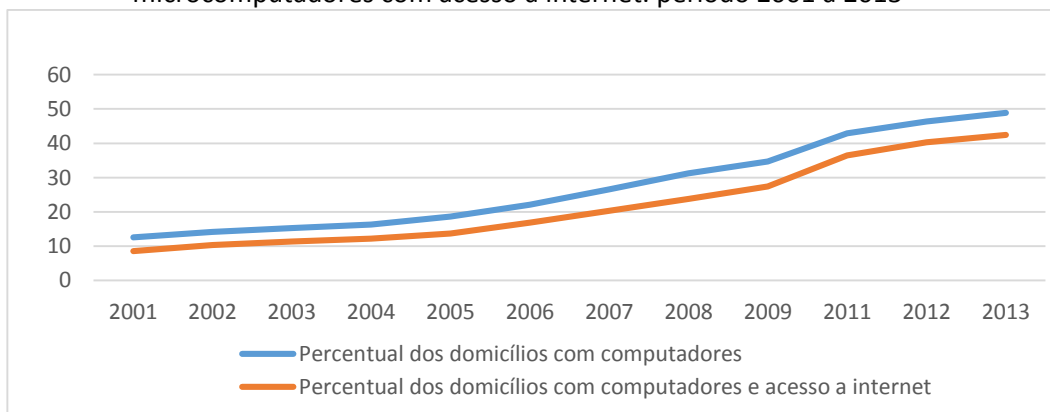


Fonte: OECD. PISA *Technical Report*.

Obs: Quanto mais distante do valor 1, pior a condição relativa da posição.

Estes indicadores sinalizam a dificuldade do Brasil em integrar a sociedade da informação. Segundo o gráfico 2, a quantidade de domicílios a possuir microcomputadores cresceu significativamente, porém não houve um crescimento na mesma proporção do acesso à internet, reforçando a dificuldade de compartilhar informação na sociedade brasileira.

**Gráfico 2 -** Evolução dos domicílios brasileiros que possuem microcomputadores e microcomputadores com acesso à internet: período 2001 a 2013

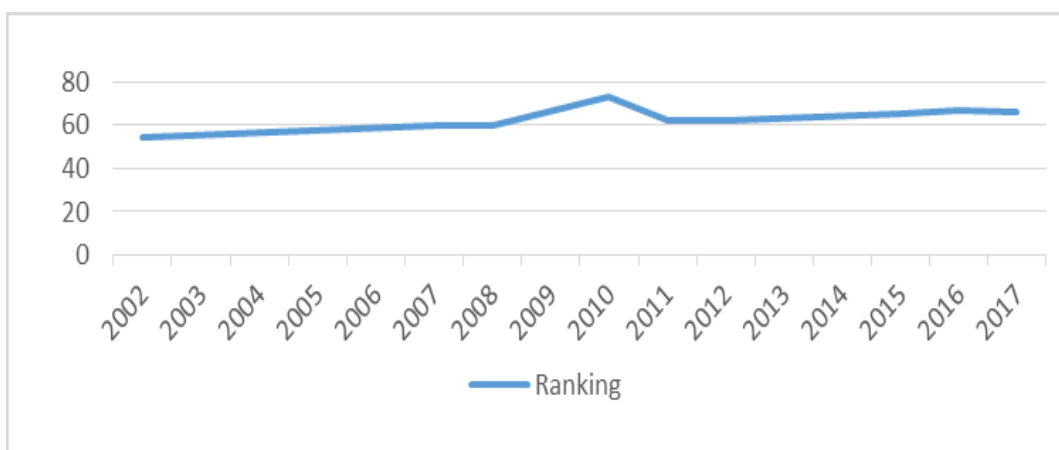


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

A *International Telecommunication Union* – ITU, estabelece um índice internacional do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação – TIC, onde a situação relativa do Brasil vem piorando ao longo do tempo, conforme o gráfico 3, apesar da pesquisa TIC Domicílios identificar que 126,9 milhões de pessoas usaram a rede regularmente em 2018. Metade da população rural e das classes D e E agora têm acesso à internet, o que corresponde à 70% da população brasileira. É essa performance do Brasil que, no contexto internacional,

ênfatiza a necessidade de melhor compreender as suas causas e possíveis políticas para sua superaço. Estes indicadores apresentados nos mostram a realidade complexa e dinâmica que a Ciência da Informaçáo precisa compreender diante da sociedade da informaçáo<sup>6</sup>.

**Gráfico 3** - Evoluço do ranking internacional do índice do desenvolvimento das tecnologias de informaçáo e comunicaço – TIC: período 2002 a 2017



Fonte: InternationalTelecommunication Union - ITU.

Para Braman (2004b) na sociedade contemporânea a informaçáo não é apenas mais uma forma de poder, mas centralizou a cena do poder, dominando e ditando como as outras formas de poder são exercidas e sua existênciã. É neste contexto que ocorre a interaçáo entre os diferentes atores do regime de informaçáo da sociedade da informaçáo, com o objetivo de aumentar seus respectivos controle e domínio da informaçáo.

### 3 VIVENDO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A ideia da sociedade da informaçáo é construída através das revoluçoes industriais a partir do século XVII, segundo Bell (1973, p. 25): “As expressões sociedade industrial, pré-industrial e pós-industrial são sequênciãs conceituais ao longo do eixo da produço e dos tipos de conhecimento utilizados”.

Os teóricos da informaçáo, como Kumar (1997) e Freitas (2002), defendem que a sociedade da informaçáo traz consigo mudanças nas relaçoes de trabalho, na produço de bens e consumo. Para Santos e Carvalho (2009, p. 46) a sociedade da informaçáo é a sociedade

<sup>6</sup> Sugerimos a leitura de: BEMFICA, J. C. Estado, Mercado e Redes Transnacionais na Constituço da sociedade da informaçáo. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informaçáo), Escola de Ciência da Informaçáo, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

na qual “a utilização das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informação são produzidas com baixo custo [...]”.

Assim, na era da informação em rede e da economia globalizada são grandes as mudanças no modo como a sociedade se organiza e interage socialmente. Há uma nova sociabilidade baseada numa dimensão virtual que ultrapassa o tempo e o espaço. A internet hoje é tão importante para a sociedade contemporânea que Castells (2004, p.7) a define como sendo o “tecido de nossas vidas”. Pois nesta era da informação a “rede das redes” está cada vez mais consolidada no cotidiano dos indivíduos, existindo uma relação muito forte com as tecnologias digitais e com o mundo virtual.

Por sua vez, Sandra Braman (2004b, p. 19) nos diz: “é o aumento do número de tecnologias de informação das quais somos dependentes e o número de maneiras pelas quais somos dependentes, que levam ao uso da expressão ‘sociedade da informação’”. Em outro texto, a autora esclarece que os Estados informacionais usam o controle da informação para produzir e reproduzir o local de poder dentro do ambiente de rede (BRAMAN, 2006).

### **3.1 Regime de informação**

Antes de iniciar a discussão sobre a questão das políticas de informação, é necessário discutir o conceito de regime de informação já que, segundo Rego e Freire (2016), é neste regime atualmente dominante que se estabelecerá o contexto em que as políticas de informação serão planejadas e implementadas. O autor seminal nessa perspectiva é Bernd Frohmann (1995), que utilizou o conceito de regime de informação como um contraponto à ineficiente utilização dos estudos das políticas de informação a partir do conceito de informação como um bem de consumo (commodities), onde aproxima as questões de informação do contexto de mercado e o distanciando do ambiente do Estado e suas agências. Com este distanciamento, o Estado deixaria de ter um papel de destaque no que seria a sua posição natural já que as políticas de informação seriam políticas de Estado e de governo.

Na Ciência da Informação, Bernd Frohmann (1995, p. 5), elaborou o conceito de regime de informação, como sendo “[...] um sistema ou rede mais ou menos estável na qual a informação flui através de canais determináveis – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para comunidades ou usuários específicos”.

Uma autora relevante, nesse contexto, é Sandra Braman (1989, p.241), com seu conceito de regime de política de informação (*information policy regime*) nos diz que, a partir dos tipos de definições de informação, que o formulador de políticas deve:

[...] trabalhar a partir de uma perspectiva de preocupação com a forma da sociedade como um todo, incluindo todas as suas partes, e deve, portanto, ser direcionada a definições que tratam a informação como uma força constitutiva na sociedade.

A concepção de regime de informação, para Braman (2004a e 2006), se diferencia de um sistema legal e, nessa perspectiva, a informação deve ser vista em outra escala, com uma maior abrangência e extensão, com o foco nas relações e nos elementos discursivos, normativos e culturais. O regime abrange um quadro regulatório e procedimental, mais flexível que um sistema legal.

Sendo assim, o conceito de regime de informação oferece uma nova moldura teórica que, ao dar maior amplitude às questões relevantes e pertinentes aos domínios do informacional, permite indagar, nesse domínio, a construção de novas subjetividades, os processos formais e informais de enunciação de demandas e de elaboração de políticas, dando visibilidade a novos parâmetros de análise. O regime, para Braman (2004a, p. 12), “é uma condição de equilíbrio, mas ainda dinâmica, de um sistema político à medida que ele toma forma dentro do campo legal”. Os regimes, segundo Kwinter (1992, p. 59 *apud* BRAMAN 2004a, p. 12) englobam:

- Governo (as instituições, regras e práticas formais de entidades geopolíticas com base histórica);
- Governança (as instituições formais e informais, regras, acordos, e práticas de atores estatais e não-estatais as deduções e comportamentos de que têm um efeito constitutivo na sociedade); e
- Governamentalidade (o contexto cultural e social de quais modos de governança surgem e pelas quais elas são sustentadas).

Um novo conceito de regime de informação foi, também, elaborado por Sandra Braman. Trata-se do conceito de regime global emergente de políticas de informação, onde o termo “global” seria devido a sua aplicação nos acordos, normas e hábitos internacionais, por conter atores estatais e não estatais, e “emergente” por estar ainda em elaboração e por ser sistêmico, logo dinâmico. Segundo Braman (2004a, p. 29): “[...] aqueles que usam a teoria do regime geralmente assumem que os sujeitos de sua análise não são estáticos, mas devem mudar ao longo do tempo, característica nem sempre encontrada em outros tipos de teoria política ou jurídica”. Para González de Gómez (2019, p. 147) os estudos de política de



informação de Braman (2004a e 2006), utilizam um quadro conceitual complexo quando sua teoria do Estado informacional “busca recursos nas teorias dos sistemas políticos autopoieticos, advoga pela atualidade de um pluralismo sociológico, quando sustenta uma premissa meta-teórica que acolhe mais de uma perspectiva e abordagem”.

Braman destaca três mudanças de expectativa em relação a informação:

- i) a mudança de estatuto político das questões de informação, eleva-se para a categoria de “políticas de alto nível”, por ser um requisito para o exercício do poder, do Estado Informacional e dos processos de mundialização;
- ii) a mudança de escala, constaria na passagem da abrangência nacional ou internacional, para consolidar-se como global; e
- iii) da unidade de análise, isto é, seria uma tendência à fusão dos fluxos globais da informação, da comunicação e da cultura.

As meta-tecnologias (tecnologias digitais de informação) são destacadas por Braman (2004b, p. 5), quando diz que: “As meta-tecnologias são sempre informativas, e a Internet é um exemplo de estreia de uma meta-tecnologia usada para fins de comunicação” (tradução dos autores), por serem um novo parâmetro de mudanças, uma nova linguagem do poder, podendo reformular todas as outras linguagens. Nesse sentido, para González de Gómez (2015, p. 327) torna-se necessário:

[...] redefinir o corpo híbrido de atores, práticas e meios, pautado pela transversalidade, convergência e nomadismo da tecnologia digital, que possa dar ancoragem as novas políticas de informação: esse pareceria ser um dos papéis que Braman atribui ao "regime de informação".

Este regime aponta para a dinâmica entre o governo, atores estatais e não estatais e o contexto cultural e social estabelecendo a base de uma governança. Este modelo coloca a informação como central no domínio do poder; a política de informação está ligada intrinsecamente ao poder informacional que se sobrepõe aos seguintes poderes:

- i) poder instrumental, exercido pelo homem através da força física como vigilância militar e policial;
- ii) poder estrutural, exercido pelo manuseio das regras e instituições atingindo assim a sociedade, e
- iii) poder simbólico, exercido através das ideias imagens e palavras modificando o universo social e simbólico como, por exemplo, a propaganda mediática.

### 3.2 Políticas de informação

A teoria do regime destacou a auto-reflexividade da política de informação, segundo Braman (2004a), em três aspectos:

- i) a política de informação é sempre uma questão reflexiva do Estado-nação ou de outro sistema do qual deriva, já que ela se torna lastro para as demais tomadas de decisão;
- ii) destaca o papel da criação, processamento, fluxos e uso da informação como instrumentos de poder global e
- iii) a aprendizagem é importante para que os regimes se adequem às realidades que se alteram constantemente.

Um conceito também relevante para nossa abordagem foi apresentado por Braman (2011, p.3), corroborando no que diz respeito ao papel fundamental do Estado na implementação das políticas de informação:

Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade – que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação.

Percebe-se então, o quanto é instigante a relação entre política de informação e regime de informação, podendo entendê-la como algo de grande interesse e de forte influência para o campo da Ciência da Informação. Compreender a política de informação como dependente das tecnologias de informação, conforme Braman (1995), torna a regulação neste ambiente fundamental para o controle da cultura, da política e da economia.

Concebendo as políticas como mediadoras entre os cidadãos e o Estado, Kerr Pinheiro (2010) as considera como uma cultura coletiva de um grupo ou país, em um instante de sua história. A política deve estabelecer um espaço de negociação onde os diversos grupos sociais possam ser representados.

Corroboramos com Kerr Pinheiro (2012) quando alerta para o fato do Estado Informacional ser de conteúdo e inteligência, surgido em um ambiente de economia globalizada e com um grande desenvolvimento tecnológico informacional. Este contexto cria uma demanda por mais cidadania de uma forma que o governo está tendo muita dificuldade em atender e a entender esta nova realidade. Esta demanda é o resultado de um incremento no fluxo de informação e do direito à informação, estabelecido pelos direitos humanos, e este novo contexto social intervém diretamente na política nacional de informação, convergindo as leis, as políticas de informação e a economia aos indivíduos através da informação,

influenciando diretamente no surgimento do movimento de transparência e de *accountability* no Brasil.

#### 4 A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A partir da declaração da Iniciativa Nacional de Infraestrutura de Informação dos EUA<sup>7</sup>, em 1993, segundo Correia e Costa (1999), teve início um movimento mundial no mesmo sentido, porém cada país ou região estavam direcionados aos seus interesses nacionais e suas visões das sociedades da informação que pretendiam construir, como resultado dos avanços nas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A Europa, por sua vez, lançou, no mesmo ano, através da Comissão Europeia, o Livro Branco<sup>8</sup>, onde definiu a sua própria estratégia e pontuou a sua importância para o futuro crescimento e competitividade para o continente. Após o estabelecimento das estratégias foi criado um Grupo de Trabalho para implementá-las, resultando no Relatório Bangemann<sup>9</sup> (maio de 1994). O Relatório foi aprovado pelo Conselho de Ministros, em Corfu - Grécia (1994), quando foi solicitado um plano de ação. Este plano de ação, por sua vez, foi chamado de Caminho da Europa para a Sociedade da Informação<sup>10</sup>, que recomendou que cada país delegasse a um ministro a responsável pelo desenvolvimento da sua Sociedade da Informação.

Este plano de ação solicitado foi intitulado *A sociedade da informação: de Corfu a Dublin: as novas prioridades emergentes* (1996)<sup>11</sup>, já que se tratava de um segundo momento do relatório de Corfu. De acordo com Correia e Costa (1999). Este plano foi revisto e atualizado e publicado como: *Europa na Vanguarda da Sociedade Global da Informação: Plano de Ação Evolutivo* (1997)<sup>12</sup>, tendo como os principais objetivos:

- i) Aprimorar o cenário para negócios, tendo o foco no comércio eletrônico (direitos autorais, proteção de dados...);
- ii) Foco na educação continuada ao longo da vida;
- iii) Foco nas pessoas, haverá um aumento dos setores de serviço e de conteúdo;
- iv) Definir regras globais, imprescindível na Sociedade da Informação.

---

<sup>7</sup> The National Information Infrastructure: An Agenda for Action, 1993.

<sup>8</sup> EUROPEAN COMMUNITIES. White Paper on Growth, Competitiveness and Employment: The Challenges and Ways For wardin to the 21st Century, 1993.

<sup>9</sup> M. Bangemann *et al.* A Europa e a Sociedade global de informação: recomendações ao Conselho Europeu. 1994.

<sup>10</sup> European Commission. Europe's Way to the Information Society: Na Action Plan. 1994.

<sup>11</sup> Commission of the European Communities, The Information Society: From Corfu to Dublin: The New Emerging Priorities. 1996.

<sup>12</sup> Europe and the Forefront of the Global Information Society: Rolling ActionPlan. (1997).

O documento da estratégia dos EUA se concentrava mais na “sociedade da informação”, enquanto as diretrizes da EU focalizavam mais no papel do conhecimento na produção e na competitividade econômica, e, segundo Inkinen (2003), possuíam pontos focais diferentes. Com as publicações desses documentos, deu-se início em quase todos os países industrializados, um processo de criação de suas próprias políticas nacionais.

Um caso interessante é o da Finlândia, considerada um dos verdadeiros precursores das sociedades de informação internacionalmente competitivas, já que, em 1960, de acordo com Dahlman, Routti, Ylä-Anttila (2006), o governo tomou a iniciativa de criar o *Advanced Data Processing* com o objetivo de analisar o processamento de informações no setor público. E, nos anos 1980, conforme Inkinen (2003), já existiam comitês tendo como foco a formação da sociedade da informação

O governo finlandês, através do Ministério do Comércio e Indústria, publicou o Livro Branco sobre a Estratégia Nacional da Indústria em 1993<sup>13</sup>. Essa publicação foi o marco do início de novas políticas industriais, segundo Dahlman, Routti, Ylä-Anttila (2006), visando as TIC, previstas como um dos futuros pilares da economia, o que foi constatado pelo forte crescimento do setor nos anos 1990. Para isso foi necessário que o governo aumentasse a oferta de cientistas e engenheiros de TIC das universidades públicas para atender à demanda da economia da informação.

Outro país europeu que merece atenção é Portugal. Sua inserção na sociedade da informação deveu-se ao contexto da União Europeia e então, em 1994, conforme Rodrigues, Simão e Andrade (2003), deu-se início a discussões sobre o tema e em 1997 foi publicado o documento Livro Verde para a Sociedade da Informação<sup>14</sup>, que continha uma combinação de estratégias com medidas concretas para serem implantadas. Este Livro Verde, de acordo com Correia (1999, p.52. Tradução nossa), contém os seguintes tópicos referentes ao caráter democrático da sociedade da informação:

- Governo Aberto;
- Conhecimento disponível;
- Escolas Conectadas: Aprendizagem na Sociedade da Informação;
- A empresa de negócios na sociedade da informação;
- Emprego na Sociedade da Informação;
- O mercado e a indústria da informação;
- Implantações Sociais da Sociedade da Informação;

---

<sup>13</sup> Ministry of Trade and Industry, 1993.

<sup>14</sup> Livro verde para a sociedade da informação em Portugal, 1997.

- As implicações jurídicas da sociedade da informação;
- Infraestrutura Nacional de Informação;
- Pesquisa e Desenvolvimento na Sociedade da Informação.

O Livro Verde português desencadeou várias ações setoriais, sendo 72 em seu conjunto, cuja implementação afetou tanto a sociedade como o governo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação, assim como as demais ciências, vai se adaptando às novas condições históricas e tecnológicas, como faz as ciências sociais aplicadas. Os formadores da Ciência da Informação possuem esse desafio, que não é simples se verificarmos que o Brasil é um país de grande desigualdade econômica e social.

Se faz necessário que a Ciência da Informação enfrente as discussões críticas que acontecerão sobre as políticas de informação recentes no Brasil, pois estas serão relevantes para lançar luz para questões decisivas para a tomada de decisão no futuro próximo. Para a consciência sobre a atual situação do Brasil frente à sociedade da informação, se faz necessário o entendimento crítico e científico sobre as decisões tomadas em um passado próximo. Entendemos que a tese fruto do projeto, “O Brasil no contexto da sociedade da informação, à luz do regime global emergente de informação” não será suficiente para responder a todas as questões envolvidas na problemática, nem nos propomos a isso, mas certamente será uma leitura instigante para o campo da Ciência da Informação e para quem se interessar sobre a temática.

A presente comunicação é um primeiro passo nessa que, certamente, será uma longa caminhada.

## REFERÊNCIAS

BELL, D. **O advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Editora Cultrix. 1973.

BRAMAN, S. DefiningInformationPolicy. **Journal of Information Policy**. V.1, p. 1-5. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281600906\\_Defining\\_information\\_policy](https://www.researchgate.net/publication/281600906_Defining_information_policy). Acesso em 15 de abril de 2016.

BRAMAN, S. Defining information: an approach for policy makers. **Telecommunications Policy**, V.13, p.233-242, 1989. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308596189900062>. Acesso em 15 de abril de 2016.

BRAMAN, S. Horizonsofthestate: informationpolicyandpower. **Journal of Communication**, New York, v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995. Disponível em: [https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/41\\_horizonsofthestate.pdf](https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/41_horizonsofthestate.pdf). Acesso em 15 de abril de 2016.

BRAMAN, S. Information, policy, and power in the informational state. In: BRAMAN, S. (Ed.) **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: PalgraveMacmillan. Cap. 2, p. 12-37, 2004a. Disponível em: <http://courseweb.ischool.illinois.edu/~katewill/spring2011-502/502%20and%20other%20readings/braman%202004%20emergent%20regime.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2016.

BRAMAN, S. The meta-technologies of information. In: BRAMAN, S. (Ed.), **Biotechnology and communication: The meta-technologies of information**, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 2004b. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a21a/d006048df03d8690918ec079b859468a6e5b.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984**. Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF. 30 de outubro de 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7232.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7232.htm). Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991**. Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. 24/10/1991. p. 23433. Imprensa Nacional. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/550124/publicacao/15646562>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. Disponível em: [http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro\\_branco\\_cti.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro_branco_cti.pdf) . Acesso em: 20 fev. 2018

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. Disponível em: [http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro\\_branco\\_cti.pdf](http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/720/1/livro_branco_cti.pdf) . Acesso em: 20 fev. 2018.

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2004.

CGEE – CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCT-CGEE,

2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Herbert%20Oliveira/Downloads/Livro%20azul.pdf.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2018.

CORREIA, A. M. R.; COSTA, M. A. European survey of Information Society (ESIS): the Portuguese experience. **Journal of Information Science**, 25 (5), pp. 381–393, 1999.

DAHLMAN, C. J.; ROUTTI, J.; YLÄ-ANTTILA, P. **Finland as a Knowledge Economy: Elements of Success and Lessons Learned**. Washington, DC. 2006. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/7138> License: CC BY 3.0 IGO. Acesso em: 14 abril 2018.

FROHMANN, B. Talking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In: H. A. O.; D. B. W. (Eds.) **Proceedings... 23rd AnnualconferenceoftheCanadianAssociation for Information Science**, Jun., p. 7–10, Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em: [http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann\\_1995.pdf](http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf).. Acesso em: 10 dez. 2018.

GARCIA, R., ROSELINO, G. J. E. Uma avaliação da lei de informática e de seus resultados como instrumento indutor de desenvolvimento tecnológico e industrial. **Gestão & Produção**, v.11, n.2, p. 177-185, mai.-ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v11n2/a04v11n2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Global Finance Media Inc. **Global Finance Magazine**. London. 2019. Disponível em: <https://www.gfmag.com/>. Acesso em: 23 abr. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação. In: GARCIA, Joana C. R.; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. da UFPB, v. 2, p. 321-351. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.29, n.1, p. 137-158, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357/pdf>. Acesso em: 10 abril 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001**. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1061.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2002\\_v23\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2002_v23_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003**. Disponível em: <http://https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4086.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2004\\_v25\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2004_v25_br.pdf) . Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2005\\_v26\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2005_v26_br.pdf) . Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2006\\_v27\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2006_v27_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2007**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2007\\_v28\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2007_v28_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2008\\_v29\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2008_v29_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2009\\_v30\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2011\\_v31\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2011_v31_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2012\\_v32\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2012_v32_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2013\\_v33\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf). Acesso em: 10 de maio de 2019.

INKINEN, T. Exploring the information society: experiences from Finland. **Networks and Communication Studies NETCOM**, vol. 17, n° 3-4, p. 249-268. 2003. Disponível em: [https://www.academia.edu/29851605/Exploring\\_the\\_information\\_society\\_experiences\\_from\\_Finland](https://www.academia.edu/29851605/Exploring_the_information_society_experiences_from_Finland). Acesso em: 10 abril 2018.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Measuring the Information Society Report 2009**. Geneva Switzerland. 2009. Disponível em: [https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2009/MIS2009\\_w5.pdf](https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/mis2009/MIS2009_w5.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Measuring the Information Society Report 2013**. Geneva Switzerland. 2013. Disponível em: [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2013-SUM-PDF-E.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICTOI-2013-SUM-PDF-E.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.



INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Measuring the Information Society Report 2015**. Geneva Switzerland. 2015. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2015/MISR2015-w5.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. **Measuring the Information Society Report 2017 - Volume 2**. Geneva Switzerland. 2017. . Disponível em: [https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017\\_Volume2.pdf](https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/publications/misr2017/MISR2017_Volume2.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019

KERR PINHEIRO, M. M. Estado informacional implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.61-77, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/04.pdf> . Acesso em 15 de abril de 2018.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v.3, n.1, p. 113-126, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/30/60> . Acesso em: 20 out. 2018.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: j. ZAHAR, 1997.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2000: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2003. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/data/33688233.pdf> . Acesso em: 10 fevereiro 2018.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2003: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/school/programmeforinternationalstudentassessmentpisa/35188570.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2018.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2006: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2009. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/data/42025182.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2018.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2009: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/PISA-2012-technical-report-final.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2018.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2012: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/PISA-2012-technical-report-final.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2018.

OECD-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015\\_completo\\_final\\_baixa.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf) . Acesso em: 10 fevereiro 2018.

RODRIGUES, G. M., SIMÃO, J. B.; ANDRADE, P. S. Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/Herbert%20Oliveira/Downloads/993-1141-1-PB.pdf. Acesso em: 20 jan. 2018.

SALLES FILHO, S., STEFANUTO, G., MATTOS C., ZEITOUN, C. Avaliação de impactos da Lei de Informática: uma análise da política industrial e de incentivo à inovação no setor de TIC brasileiro. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas (SP), 11, n. esp., p. 191-218, julho 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8649041/15590>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, P. L. V. A. C., CARVALHO, A. M. G. Sociedade da informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 45-55, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1782/2687>. Acesso em: 3 abril 2019.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Socinfo/MCT, 2000. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/wp-content/uploads/2014/04/Livro-verde.pdf>. Acesso em :3 abril 2019.